MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

8 de novembro de 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		(X) Outros CAPA
DATA 08 / 11 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Caso Sefaz

Cláudio Trinchão critica promotor de Justiça

O ex-secretário estadual de Fazenda diz que Paulo Roberto Ramos foi promotor e juiz. Ele fez a crítica em entrevista coletiva para tratar de acusação de desvios na Sefaz. **POLÍTICA 3**

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 09 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada (X) Espontânea ( ) Positiva (X) Negativa

'Ele foi promotor e juiz, e fomos condenados', diz Trinchão sobre Sefaz

Ex-secretário critica postura do promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos em coletiva para tratar de acusação de desvios na Secretaria de Fazenda

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O ex-secretário de Estado da Fazenda Cláudio Trinchão – que comandou a Sefaz durante o governo Roseana Sarney (PMDB) – fez ontem duras críticas ao promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, autor da denúncia que o coloca no centro de uma organização criminosa que teria desviado, de acordo com o representante do Ministério Público, R$ 410 milhões entre 2009 e 2014.

Em entrevista a **O Estado**, o ex-auxiliar do governo considerou "surreal" a peça acusatória e condenou a postura do membro do MP durante a entrevista coletiva em que foram apresentados os fundamentos da denúncia.

Para ele, o promotor acusou e julgou os denunciados. "Ali ele foi promotor e juiz, e nós fomos condenados", declarou. "É estranho esse comportamento, extremamente midiático, e nas peças acusatórias sequer constam os detalhes. Por isso, faço questão que a imprensa acompanhe *pari passu* esse processo, que se aprofunde mesmo, pegue cópia de tudo, olhem os pareceres, olhem tudo, para verificar se foi feita alguma irregularidade, que aí a casa cai, a gente desmonta toda essa situação que foi criada", comentou.

Segundo Trinchão, não há qualquer ilegalidade nas compensações autorizadas pelo governo no período em que ele esteve à frente da Sefaz, porque todas foram feitas após acordos homologados pela Justiça.

"Todas as compensações foram feitas em cima, meramente, de acordos judiciais. Agora, imagine: eu, secretário da Fazenda, caí no meu colo uma cópia de um acordo, que eu tenho que cumprir, eu vou fazer o quê? Eu tenho que fazer o que está escrito na decisão. E a decisão determinava a compensação. E assim foi feito", defendeu-se.

O ex-secretário sustenta que em todos os casos o Estado obteve vantagem ao autorizar as operações de crédito. "Essas compensações foram extremamente salutares para o Estado do Maranhão. Tinha um precatório de mais de R$ 100 milhões. Tinha acordo de R$ 40 milhões, por exemplo. Como é que o Estado iria pagar esses acordos? O Estado iria deixar, então, de investir no social, na educação, na saúde, na segurança, para poder pagar em parcela única? Então, a iniciativa da Procuradoria [Geral do Estado] de tentar fazer acordos para parcelar é certamente a melhor solução para o Estado, sempre foi, porque você alonga o perfil da dívida, sendo absorvido sem impactar nas despesas correntes, inclusive folha", completou.

Durante a entrevista, Cláudio Trinchão também levantou um questionamento sobre a mudança de postura do MP em relação ao caso.

De acordo com o ex-titular da Sefaz, o MP acompanhava a consolidação dos acordos judiciais que davam ensejo às compensações e, em alguns casos, até mesmo emitia pareceres favoráveis.

Além disso, acrescenta ele, houve uma situação em que a Promotoria chegou a desistir de uma ação rescisória para anular um desses acordos.

"Por que o Ministério Público, naquele momento, foi favorável, acompanhou diretamente cada passo, e agora tem outra posição? O Ministério Público não pode ter duas posições, uma lá e outra cá. Isso traz uma insegurança jurídica grande. Nós cumprimos aquilo que estava manifestado nos autos. O Ministério Público acompanhava todos os acordos, participou de todos, com pareceres. No caso do Santander, inclusive, desistiu da ação rescisória. Acompanhou cada acordo que foi feito, pari passu. É isso que nos traz indignação e o não entendimento do porquê dessa postura agora, se o próprio Ministério Público acompanhou passo a passo as negociações do acordo", afirmou. ●

Arquivo

Cláudio Trinchão criticou a postura do promotor Paulo Barbosa Ramos

INDIGNAÇÃO

Promotor acusa MP

Na visão do ex-secretário Cláudio Trinchão, ao denunciá-lo – além de outras nove pessoas, dentre elas a ex-governadora Roseana – o promotor Paulo Ramos, na verdade, questiona o próprio MP e o Judiciário, que participaram das ações que culminaram com os acordos. "Ao contrário do que ele diz, a Fazenda não participava, não tinha nem porque participar das discussões, a gente só recebia o acordo feito. Por que o Ministério Público, naquele momento, deu aquiescência, esteve presente, acompanhou passo a passo, e agora tem outra posição? Por que esse representante do MP tem uma posição diferente? Ele está questionando, na realidade, a posição, a postura do Judiciário e do Ministério Público naquele momento, lá atrás. Mais do que a gente, ele está questionando a posição dos pares dele lá atrás, que foram absolutamente convencidos, e questionando as decisões judiciais", afirmou.

Ex-secretário nega filtros no sistema da Receita

Durante a entrevista a **O Estado**, o ex-secretário Cláudio Trinchão também se manifestou a respeito da denúncia de que teriam sido instalados filtros no sistema da Sefaz para encobrir as operações.

Segundo ele, nunca existiram os tais filtros. "Não há filtro. Está tudo lá no sistema. Nós informamos ao Ministério Público em 2013. Eles perguntaram e nós passamos as informações. Tanto é que as informações estão no processo", ressaltou.

Sobre a concessão de regimes especiais a empresas, alvo de uma primeira denúncia por parte do MP, agora reiterada nas duas propostas mais recentemente, o ex-secretário disse que agiu com amparo legal.

"Há uma lei que prescreve a possibilidade de o secretário de Fazenda conceder regimes especiais. Está na lei, lei vigente. Todos os atos praticados foram em prol do Estado, isso a gente prova por A mais B, inclusive na própria defesa. A política que nós adotamos colocou o Maranhão entre os estados com a maior arrecadação, quando não do Nordeste, entre os primeiros do Brasil, o que mostra que a política que nós adotamos de atração de empresas, geração de empregos e fomento da cadeia produtiva foi em prol do Estado", declarou.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 08 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada (X) Espontânea ( ) Positiva (X) Negativa

Procurador da OAB critica força-tarefa

Para Charles Dias, participação de magistrados na investigação caracteriza abuso de autoridade

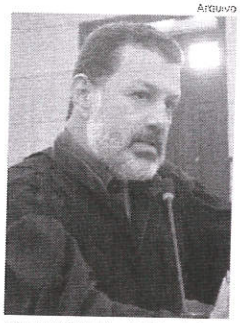
RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O procurador nacional de Defesa das Prerrogativas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Charles Dias, criticou a força-tarefa comandada pelo Ministério Público na investigação de um suposto esquema de concessão de isenções fiscais na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

Ele questionou, em seu perfil em rede social, o fato de magistrados integrarem a equipe que investiga as supostas fraudes, como havia assegurado à imprensa na semana passada, em entrevista coletiva, o procurador-geral de Justiça Luiz Gonzaga Coelho Martins.

"Já no início da entrevista o procurador comunica que, sobre a presidência do promotor Paulo Roberto Ramos, se formou uma 'força-tarefa' que é integrada pelo procurador-geral do Estado, pela Secretaria de Fazenda, por magistrados, por delegados, por Delegacias Especializadas, enfim, e por vários organismos", disse.

Arquivo



Charles Dias defende liberdade

Para Charles Dias, há "desequilíbrio da paridade das armas", que significa a igualdade de tratamento das partes num processo, em relação ao exercício de direitos e faculdades, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais definem este princípio processual.

"Em sendo verdadeira a afirmação do procurador-geral de Justiça, já se pode perceber o total aniquilamento do direito de defesa e o absoluto desequilíbrio da paridade de armas", disse e completou: "Quando um magistrado se distancia da sua posição de julgador, abandonando assim a sua imparcialidade, ele o faz para condenar, estando desta forma imbuído do munus ministerial. Assim, quando se forma uma 'força-tarefa' para apurar crimes, que em cuja composição se encontram magistrados, desrespeita-se o Devido Processo Penal (CPP, CADH, CF)", completou.

> "Esse tipo de comportamento decorrente do abuso de autoridade, implantando o Processo Penal do Espetáculo, instaura no país um Estado de Exceção"
>
> **CHARLES DIAS,** procurador do Conselho Federal da OAB.

Sindicato dos Advogados também critica Procuradoria

O Sindicato dos Advogados do Maranhão (Sama) se posicionou ontem a respeito da denúncia do promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos contra 10 pessoas, por supostos crimes na concessão de compensações de débitos tributários com créditos de precatórios a empresas.

A manifestação ocorreu diante da acusação do Ministério Público ao advogado Jorge Arturo Mendoza Reque Júnior, apontado como agenciador de empresas interessadas na compra de cotas de precatórios considerados ilegais.

"No Brasil, já se tornou uma rotina a espetacularização de fatos, *a priori*, definidos como crime, por parte do Ministério Público, quando se trata de autoridades públicas relevantes. E, ao invés de a instituição agir no estrito ambiente de trabalho, busca notoriedade com coletivas midiáticas em hotéis e auditórios, algumas até desastrosas, cujo critério não é o mais recomendado", ponderou a nota. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Estado Maior
DATA 08 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada (X) Espontânea ( ) Positiva (X) Negativa

Críticas e dúvidas

Nunca uma ação do Ministério Público maranhense sofreu saraivada tão grande de críticas dos vários atores sociais. A denúncia, assinada pelo promotor da 2ª Promotoria de defesa da Ordem Tributária, Paulo Barbosa Ramos, foi duramente criticada por associações de procuradores, advogados e por pessoas físicas e jurídicas de todos os segmentos que compõem o Judiciário maranhense.

De quinta-feira até aqui, foram nada menos que oito notas oficiais, dos diferentes setores. Apenas duas delas – a da Associação de Promotores e a da própria Procuradoria-Geral de Justiça – saíram em defesa de Paulo Ramos. As demais, todas elas, usaram termos com "ridícula" e "absurda" para classificar a peça assinada pelo promotor, que havia entrado poucos dias antes no setor da Ordem Tributária – antes, atuava na Promotoria do Idoso.

A atitude do promotor gerou uma enxurrada de notas de apoio e de repúdio nunca vista no estado

E, ao que tudo indica, o caso não deve parar por aí. Conselheiros da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, procuradores de Estado e advogados independentes pretendem denunciar Paulo Barbosa no Conselho Nacional do Ministério Público. Apontam que ele cometera, no mínimo, o crime de prevaricação, ao direcionar a ação para alguns citados, protegendo outros, inclusive os próprios colegas do Ministério Público que haviam dado parecer favorável ao caso.

A postura de Ramos, que teve o aval do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, acabou rachando o Ministério Público maranhense. Os dois têm sido criticados pelos colegas, embora estes prefiram manter-se apenas nos bastidores. E desde o início da repercussão, o promotor optou pelo silêncio, diante do bombardeio de revelações sobre sua atuação.

Magistrados?

Uma declaração do próprio procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho Martins, acabou por jogar mais lenha na fogueira da suspeição da ação do promotor Paulo Barbosa Ramos.

Durante a coletiva para tratar do caso Sefaz, Coelho Martins afirmou, categoricamente, que a força-tarefa que investigou o caso teve a participação também de magistrados.

Na semana passada, o próprio Paulo Barbosa Ramos já havia afirmado um acordo com a juíza Cristiana Ferraz, para que a magistrada atendesse aos pedidos do Parquet no caso.

Suspeição

A participação de juízes em uma missão de investigação acaba por tornar nula qualquer coleta de provas em uma ação.

Isso porque um juiz não pode ser o agente investigador, denunciador e julgador do mesmo caso.

A revelação do procurador-geral – seja por má-fé ou despreparo – acaba por aumentar as suspeitas em torno do caso Sefaz.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Atos, Fatos e Baratos
DATA 09 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

A Justiça e o dilema da família Sarney

Um dilema se ergue sobre os Sarney: o enfrentamento de processos na Justiça que surgem contra familiares, parentes e amigos. O dilema é enfrentar essas ações em situação adversa; um problema para um grupo que se acostumou, sob a tutela do tráfico de influência, a vencer quase todas as questões judicializadas em torno de seus atos, fosse no juizado singular, na segunda ou na terceira instâncias.

No caso da Lava Jato, por exemplo, são citados por delatores o ex-presidente José Sarney e o ex-ministro Edison Lobão, acusados de receber milhões em propina da Transpetro. Na mira do Ministério Público Federal (MPF) está o ex-secretário de Saúde Ricardo Murad, num processo que apura desvio milionário.

Integrantes do grupo parecem, também, sob acusação de negociar precatório da UTC Constran, que também teria sido custeado por propina entregue por Alberto Youssef a emissários do governo Roseana Sarney. E, por último, vem à tona esse rumoroso caso da Secretaria de Estado da Fazenda, que alcança, além da ex-governadora e do ex-secretário Trinchão, outras nove pessoas, dentre eles um secretário municipal do governo Edivaldo Holanda Júnior.

A Justiça age de modo diferente do passado. Deputados, senadores, ex-governadores, milionários e bilionários estão, de fato, indo parar na cadeia. E, o que é pior, o Supremo Tribunal Federal (STF) revê todas as suas teses, garantindo a possibilidade de prisão a condenados em segunda instância. E ainda, pelo que se está percebendo, o foro privilegiado, que nenhum deles tem mais, não sobreviverá neste país.

É, de fato, uma situação incômoda para os Sarney, que, naturalmente, reagem como podem; até insinuando, no caso específico desse escândalo da Sefaz, que a mão pesada do Estado, como um todo, estaria sendo usada para evitar um suposto crescimento eleitoral da ex-governadora Roseana Sarney, "já devidamente detectado em monitoramentos feitos pelo Palácio dos Leões"; uma tese, convenhamos, que não se sustenta na realidade observada hoje no Maranhão.

Finalmente, como tanto os catedráticos e literatos apreciam as frases feitas, talvez seja o caso de citar, aqui, o que foi expresso por Diderot: "Tudo se destrói de uma forma para se reconstruir depois de uma forma diferente".

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 03	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em face de notícia divulgada na edição deste domingo (6), no Jornal Pequeno, com o título "Roseana e ex-Procuradores cooperaram para êxito da máfia da SEFAZ, afirma juíza", a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) presta os seguintes esclarecimentos:

1 – Em momento algum, a juíza Cristiana Ferraz, que responde pela 8ª Vara Criminal de São Luís, emitiu juízo de valor ou fez qualquer comentário sobre a conduta dos réus, no despacho que proferiu nos autos do Processo N. 19880-63.2016.8.10.001, datado do dia 4 de novembro de 2016;

2 – Os trechos com citações atribuídas à magistrada, destacados na matéria publicada na Página 3 do Jornal Pequeno, edição deste domingo, como também as informações divulgadas em manchete de capa do referido veículo de comunicação, não são de autoria da juíza, e sim integram a fundamentação da denúncia do Ministério Público;

3 – As citações contidas na denúncia do Ministério Público foram apenas transcritas no despacho da juíza, de aproximadamente 70 folhas, com as devidas referências 'in verbis' de que se tratava da convicção do promotor, a partir das provas no procedimento investigatório criminal;

4 – Nesta fase do processo, cabe ao magistrado tão somente se manifestar nos autos sobre o juízo de admissibilidade acerca dos pressupostos para o recebimento da denúncia. E assim procedeu a juíza Cristiana Ferraz, em total conformidade com o ordenamento jurídico;

5 – Ao proferir o referido despacho, a juíza deixou claro que "nessa fase preliminar, o juízo de admissibilidade deve se limitar a análise dos aspectos dos artigos 41 e 395 do Código de Processo Penal, não cabendo exames aprofundados de provas, bastando que haja justa causa para a propositura da ação penal. Não se exige, assim, juízo conclusivo (juízo de valoração) quanto a presença da responsabilidade criminal, uma vez que a análise do elemento subjetivo do tipo somente será possível durante a instrução criminal".

Diante dos fatos expostos, a Associação dos Magistrados do Maranhão lamenta que, mais uma vez, informações distorcidas estejam sendo publicadas na imprensa, com o intuito de confundir a opinião pública. A AMMA repudia qualquer tentativa de macular a conduta da juíza Cristiana Ferraz e se manterá vigilante para coibir todo tipo de manipulação que tenha por objetivo impedir que membro da Magistratura maranhense decida conforme sua livre convicção.

JUIZ MARCELO MOREIRA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

NOTA DA REDAÇÃO

Em nenhum momento o Jornal Pequeno teve o intuito de "confundir a opinião pública". Com 65 anos de independência, seriedade e lealdade aos fatos, o JP não cultiva em sua história esse tipo de comportamento, como quer fazer supor a Associação dos Magistrados. O equívoco decorreu, na verdade, de uma falta de atenção em função de um costume: o de magistrados ressaltarem em seus despachos, devidamente aspeados, trechos de denúncias que reproduzem para enriquecer suas decisões, o que nesse não havia.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada (X) Espontânea ( ) Positiva (X) Negativa

Deslize admitido de promotor ganha repercussão no Consultor Jurídico

O deslize do promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, que investiga um suposto esquema fraudulento na Secretaria da Fazenda, no Governo Roseana Sarney, ganhou repercussão no site Consultor Jurídico (Conjur). "O promotor que acusa a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney de participar de um esquema de desvios de verbas disse ter combinado estratégias do processo com a juíza do caso. Advogados se mostraram incomodados com a situação e o Ministério Público maranhense já saiu em defesa do servidor público", publicou o Conjur. E explicou:

"Foi durante uma coletiva de imprensa na última quinta-feira (3/11) que o promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos fez referência a um trato com a juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leire, da 8ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Questionado se havia pedido cautelarmente a prisão de alguém, o promotor afirmou: 'Eu não disse que não fiz. Eu fiz. Eu só não quero antecipar, porque perde o sentido. Já que vai ser decidido na sexta, até pelo acordo que fiz com a juíza. Então vou esperar a manifestação em respeito a ela'.

No início da coletiva, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, chegou a dizer que a força tarefa que investigou o esquema, coordenada por Ramos, teve a participação de magistrados. Segundo Coelho, a investigação era integrada pelo 'procurador-geral do Estado, a Secretaria de Fazenda, por magistrados, por delegados e delegacias especializadas, enfim, por vários organismos'.

As falas incomodaram a advocacia. O procurador nacional de defesa das prerrogativas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Charles de Menezes Dias criticou: 'Se for verdadeira a afirmação do procurador-geral, já se pode perceber o total aniquilamento do direito de defesa e o absoluto desequilíbrio da paridade de armas'.

Por causa da repercussão, o MP-MA saiu em defesa de Ramos e defendeu que a investigação foi imparcial.

Em nota publicada no site do órgão no sábado (5/11), o MP diz que a denúncia foi fruto de investigação que teve 11 meses de duração. 'Qualquer tentativa de desqualificação do promotor de Justiça configura mera estratégia para tirar o foco dos fatos investigados e que agora estão submetidos ao crivo do Poder Judiciário', diz a nota.

A denúncia que envolve ex-secretários de Fazenda do Maranhão, ex-procuradores gerais, advogados e a ex-governadora Roseana foi aceita na última sexta-feira. O MP investiga a compensações ilegais de débitos tributários com créditos de precatórios que podem ter gerado, segundo a acusação, prejuízo de mais de R$ 400 milhões aos cofres públicos.

De acordo com a denúncia, acordos judiciais reconheciam a possibilidade da compensação de débitos tributários do ICMS com créditos não tributários oriundos de precatórios. Além disso, diz o MP, foram criados filtros para mascarar compensações muito acima dos valores estabelecidos no acordo homologado judicialmente", finaliza a publicação do Consultor Jurídico, assinada pelo jornalista Marcelo Galli.

Em seu Facebook, no domingo, o promotor Paulo Roberto admitiu a sua falha: "Ouvindo agora (o vídeo) a coletiva da qual participei, reconheço que não fui feliz em uma ou duas colocações. Quis apenas dizer que deveria aguardar a decisão da magistrada. Deveria ter em consideração que estava lidando com pessoas que não cultivam a boa fé", disse o membro do MPE.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Sarney está com o fiofó no tefe-tefe pelas acusações contra Roseana

A abertura de inquérito contra a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB), por desvios na Secretaria da Fazenda, enfureceu o ex-presidente José Sarney. Em sua coluna dominical no jornal de sua propriedade, ele classificou a ação como "perseguição e ódio". Para tentar amenizar o julgamento moral da filha, o Sistema Mirante tem ignorado os fatos apenas se atendo a defesa da ex-governadora, mas em nenhum momento o promotor Paulo Ramos foi ouvido.

Chega a ser ironia de Sarney falar em "perseguição e ódio", sendo ele um dos políticos mais temidos no país por suas ações anti-democráticas e vingativas. Exemplos não faltam. Manoel da Conceição, fundador do PDT, líder camponês e político. Mais recentemente o saudoso ex-governador Jackson Lago, sofreu por anos a perseguição da mídia oligarca. Quando finalmente derrotou a sarneyzada, foi golpeada duramente num escandaloso julgamento de cassação e lhe tiraram seu mandato na marra.

O governador Flávio Dino (PCdoB) não se conteve. Em sua página no Twitter respondeu: "Especialistas em ódio e perseguição são aqueles que maltrataram o líder camponês Manoel da Conceição, entre tantos outros". O comunista ainda lembrou do império montado por Sarney para difamar os adversários. "Tenho as redes sociais para me manifestar, enquanto eles têm um império midiático. Mas não tenho medo. Uso a verdade como arma".

Sem mandato, escanteado pelo Governo Federal, Sarney mostra claramente seu temor pela consistência da denúncia do Ministério Público e o grande número de inquéritos aos quais Roseana está envolvida. Máfia da Sefaz, Máfia do programa Saúde é Vida, Lava Jato (assim como ele) entre outros...

Sinais que o tempo da impunidade está perto do fim, e isso assusta a família Sarney.

BLOG DO MARRAPÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Hildo Rocha pede solução imediata para problemas da ponte do Estreito dos Mosquitos

Após tomar conhecimento da existência de rachaduras na ponte Marcelino Machado, que liga a ilha de São Luís ao continente, o deputado federal Hildo Rocha esteve no local com o objetivo de examinar a gravidade do caso.

"De fato, há uma enorme rachadura e isso é preocupante. Vou levar as imagens para o diretor-geral do DNIT, com quem terei uma audiência esta semana, e também ao ministro dos Transportes. Algo tem que ser feito, irei cobrar soluções imediatas, para evitar que ocorra uma tragédia", declarou Rocha.

O deputado conversou com moradores do bairro da Estiva que mostraram muita preocupação. Eles disseram que a rachadura aumentou passando de um lado a outro da ponte e que o DNIT mandou uma empresa jogar apenas asfalto sobre a rachadura na parte superior da mesma.

Como se não bastasse à lentidão na obra de duplicação da BR-135, surge agora mais um problema que poderá causar ainda mais problemas à população. Sem dúvida, é mais um caso que exige o empenho dos órgãos diretamente ligados ao caso e também autoridades de todas as esferas de governo.

Em 2005, a ponte Marcelino Machado ficou interditada por mais de dois anos, pelo mesmo problema. "O governo investiu muitos recursos na recuperação e agora, novamente, nos deparamos com o mesmo problema. Alguma coisa está errada e se estar errada deve-se consertar", declarou Hildo Rocha.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 02	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

Semana de Saúde Funcional inicia atividades na PGJ

Foi iniciada na manhã desta segunda-feira, 7, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a II Semana de Saúde Funcional do Ministério Público do Maranhão (MPMA). O evento foi aberto com a palestra "Vida Saudável", ministrada pela promotora de justiça de Defesa da Saúde de São Luís, Glória Mafra. A programação se estende até a próxima sexta-feira, 11.

O diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), Marco Antonio Amorim, agradeceu a presença dos membros e servidores destacando o compromisso da Administração Superior em proporcionar momentos de reflexão a fim de aprimorar a qualidade de vida dos participantes e, por consequência, do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público. "Temos uma programação especial com temas relacionados à saúde", afirmou.

Em sua explanação, Glória Mafra destacou diversas condutas a serem observadas para evitar o adoecimento e lembrou que cada pessoa deve zelar pela sua saúde, conhecer o próprio corpo e cuidar da alimentação.

A promotora de justiça enfatizou que a atividade física não pode ser iniciada sem uma avaliação cardiorespiratória preliminar, lembrou que o uso de suplementos alimentares pode ocasionar lesões gravíssimas no fígado e chamou a atenção para que os consumidores leiam os rótulos e os componentes dos alimentos. "Existe uma preocupação com a aparência física em detrimento da saúde".

A palestrante destacou, ainda, o cuidado com os idosos no ambiente doméstico a fim de evitar quedas e traumas que afetam a saúde deste segmento. Ela também lembrou sobre a importância da higiene no ambiente residencial, especialmente nos colchões, travesseiros e aparelhos de ar-condicionado. "Existem casos de patologias gravíssimas iniciadas por fungos e ácaros que afetaram o cérebro e a visão de pacientes".

PROGRAMAÇÃO DA SEMANA

A programação do evento terá continuidade nesta terça-feira, 8, com a palestra "Saúde mental e prevenção ao suicídio", ministrada pela professora-doutora Cândida Alves.

Na quinta-feira, 10, às 9h, membros e servidores receberão os laços símbolos da campanha Novembro Azul em alusão à prevenção e tratamento do câncer de próstata. Em seguida, o médico José Ribamar Calixto vai ministrar oficina "Prevenção ao câncer de próstata".

Durante a semana, das 8 às 12h, a Seção de Saúde Funcional vai ofertar os serviços de atualização de vacinas, verificação de glicemia, verificação de pressão arterial e massagem.

Também serão sorteadas duas sessões diárias de acupuntura e será feita um dia de ginástica laboral, na quarta-feira, em todos os andares da PGJ. Além disso, será feito atendimento odontológico de incentivo à saúde bucal.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Estado
DATA 08 / 11 / 2016	Página 06	(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

Cajapió

Ação do MPMA pede nomeação de aprovados em concurso público

Em Ação Civil Pública com pedido de liminar, ajuizada no dia 24 de outubro, o Ministério Público requer que a Justiça obrigue o prefeito de Cajapió, Raimundo Nonato Silva, a nomear, num prazo de 15 dias, os aprovados no concurso público de 2015.

Na mesma ação, foi solicitada a anulação das contratações ilegais, com a consequente demissão dos servidores contratados, que são aqueles admitidos sem aprovação em concurso.

Em caso de descumprimento da medida, o Ministério Público pede que seja aplicada multa de 10 salários mínimos por dia de atraso.

De acordo com a autora da ação, a promotora de justiça Alessandra Darub Alves, titular da Promotoria de São Vicente Férrer, de cuja comarca Cajapió é termo judiciário, a maioria absoluta dos servidores municipais é formada de comissionados ou contratados, com admissão no início de 2015. "São profissionais da área da saúde, administrativa e do magistério contratados sem que esteja caracterizado o temporário e excepcional interesse público para tais contratações", argumentou a promotora.

Alessandra Darub destacou, ainda, que entre os meses de junho e agosto deste ano houve um acréscimo muito grande de servidores de Cajapió. Em junho, eram 470 servidores, em julho, 765 e em agosto, o número chegou a 948. "Os servidores contratados não possuem autonomia suficiente para bem cumprir suas funções, em razão do medo de perderem seus sustentos. E o serviço público fica prejudicado, pois os melhores não são escolhidos", comentou.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Quatro prefeitos são afastados do mandato após as eleições

Em Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas e Matinha, os gestores foram cassados; em Grajaú, houve renúncia

Fotos/Divulgação

Atenir Botelho foi afastado pela enésima vez do comando de Alto Alegre do Pindaré, onde perdeu a eleição

O capitão Júnior Otsuka, que não concorreu à reeleição, decidiu renunciar em favor do vice, Abmael Neto

CARLA LIMA
Da editoria de Política

Depois dos resultados das eleições municipais, em quatro cidades maranhenses os prefeitos não reeleitos ou que não fizeram seus sucessores acabaram sendo substituídos pelos seus vices. Em Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas e Matinha, os gestores foram cassados ou pela Câmara Municipal ou pela Justiça. No caso de Grajaú, o prefeito não reeleito, Júnior de Sousa Otsuka, renunciou ao mandato.

Em Matinha, o prefeito Beto Pixuta teve o mandato cassado pela Justiça devido ao atraso no pagamento de salários dos servidores municipais.

A decisão judicial é em resposta a ação civil pública impetrada pelo Ministério Público, que alega que, mesmo recebendo os repasses da Educação e também do Fundo de Participação do Município (FPM), o gestor estava constantemente atrasando o vencimentos dos funcionários.

O caso mais grave seria o atraso de cinco meses do salário do vice-prefeito, que teve até o nome excluído da folha de pagamento do Município, além de um débito total de mais de R$ 2 milhões referentes a salários de servidores contratados, comissionados e efetivos.

O afastamento de Pixuta ocorreu dia 25 de outubro e seu vice, Valdemir Santos, assumiu o cargo.

O prefeito eleito em outubro deste ano em Matinha foi Elielda de Eldo (PCdoB), que obteve mais de 66% dos votos contra o candidato de Beto Pixuta, Zequinha Amaral (PRTB), que teve pouco mais de 33% dos votos válidos.

Cargo

Já a prefeita de Bom Jesus das Selvas, Cristiane Damião (PTdoB), foi cassada por vacância do cargo pela Câmara Municipal. Segundo os vereadores, desde que perdeu a eleição dia 2 de outubro, Damião não aparecia na Prefeitura de Bom Jesus das Selvas. Assumiu o mandato o vice-prefeito, Abdala Costa.

Cristiane Damião perdeu a eleição para Fernando Coelho (PCdoB) que obteve 50,8% contra 49,2% de Damião.

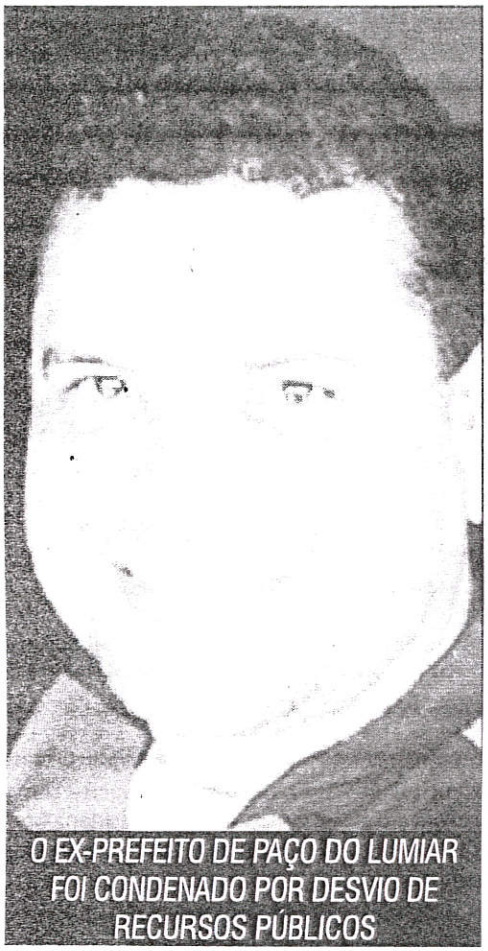
Também foi afastado do mandato do prefeito de Alto Alegre do Pindaré, Atenir Botelho. Os vereadores decidiram retirar Botelho do cargo por 90 dias como medida de precaução devido, segundo os parlamentares, às "diversas irregularidades" que teriam sido cometidas pelo gestor municipal.

Já o prefeito de Grajaú, Júnior Otsuka, decidiu renunciar ao mandato no dia 31 de outubro.

Ele não disputou as eleições deste ano e, antes de completar o mandato, preferiu deixar o cargo. Assumiu o mandato o vice-prefeito, Abmael Neto. Em janeiro, o prefeito será Mercial Arruda, eleito este ano com ampla maioria dos votos da população de Grajaú.●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros CAPA
DATA 08 / 11 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa



O EX-PREFEITO DE PAÇO DO LUMIAR FOI CONDENADO POR DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS

Mantida condenação do ex-prefeito de Paço do Lumiar, Mábenes Fonseca

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

DESVIO DE VERBAS

Mantida condenação do ex-prefeito de Paço do Lumiar, Mábenes

A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve, por maioria dos votos, a condenação do ex-prefeito de Paço do Lumiar, Mábenes Fonseca, cujas contas do exercício financeiro de 2001 foram desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Além de cumprir pena de cinco anos e 9 meses de reclusão, por desvio de R$ 65.247,81 dos cofres públicos, o ex-gestor terá que ressarcir ao erário e pagar multa correspondente a R$ 6.524,78.

De acordo com voto do revisor e relator para o acórdão, desembargador Joaquim Figueiredo, a análise da sentença questionada pelo acusado em recurso interposto junto ao TJMA foi criteriosa e observou estudo técnico do Tribunal de Contas do Estado, por ocasião da apreciação da prestação de contas de responsabilidade do ex-prefeito.

"No estudo técnico foi constatada ausência de processos licitatórios, de comprovantes de despesas, de contratos de prestação de serviços, das notas de empenho, fragmentação de despesas, dentre outros, do que restou impossível a verificação quanto ao correto processamento da despesa e arrecadação da receita", frisou o desembargador.

O ex-prefeito de Paço do Lumiar foi condenado por desvio de recursos públicos

Coube ao relator para o acórdão declarar prescrito o delito do artigo 89 da Lei n.º. 8666/93 (ao frustrar procedimentos licitatórios), pois os fatos remontam a 2001 e o recebimento da denúncia só ocorreu em 30 de maio de 2011.

Quanto ao delito do artigo 1º, II, do Decreto Lei nº207/67 (utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos), Mábenes Fonseca foi condenado a cumprir pena de cinco anos e 9 meses de reclusão. "Nesse caso não há que falar em prescrição, porque a mesma se opera em 12 anos", concluiu Joaquim Figueiredo.

O ex-prefeito, em sua defesa, disse – em fase de apelação de sentença – que não existe nos autos meios de provas que comprovem a utilização irregular ou indevida da verba, bem como não teria sido atestado o elemento anímico (relacionado à parte) dolo na sua conduta, fatores que afastariam a tipicidade, segundo ele. Sustentou, também, que a dosimetria da pena foi injusta porque o magistrado não justificou a exasperação da pena-base.

"O campo de irregularidades é vasto e restou comprovado durante toda a instrução com depoimentos testemunhais, onde se observa, também, ausência de comprovantes de despesa, ausência de contrato de prestação de serviços, empenho feito em caráter posterior, fragmentação de despesa relativa à aquisição de material escolar, medicamentos e combustível", ressaltou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Votaram no julgamento os desembargadores Tyrone José Silva (relator originário), José Joaquim Figueiredo dos Anjos (revisor e relator para o acórdão) e José Bernardo Silva Rodrigues. Os desembargadores, por maioria de votos e de acordo em parte com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conheceram e deram parcial provimento ao recurso do ex-prefeito de Paço do Lumiar, para reconhecer a prescrição, nos termos do voto do desembargador revisor Joaquim Figueiredo. (Processo nº. 0468282014)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	(X) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

TJ mantém condenação do ex-prefeito de Paço do Lumiar por desvio de verbas

A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve, por maioria dos votos, a condenação do ex-prefeito de Paço do Lumiar, Mábenes Fonseca, cujas contas do exercício financeiro de 2001 foram desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Além de cumprir pena de cinco anos e nove meses de reclusão, por desvio de R$ 65.247,81 dos cofres públicos, o ex-gestor terá que ressarcir ao erário e pagar multa correspondente a R$ 6.524,78.

De acordo com voto do revisor e relator para o acórdão, desembargador Joaquim Figueiredo, a análise da sentença questionada pelo acusado em recurso interposto junto ao TJMA foi criteriosa e observou estudo técnico do Tribunal de Contas do Estado, por ocasião da apreciação da prestação de contas de responsabilidade do ex-prefeito.

"No estudo técnico foi constatada ausência de processos licitatórios, de comprovantes de despesas, de contratos de prestação de serviços, das notas de empenho, fragmentação de despesas, dentre outros, do que restou impossível a verificação quanto ao correto processamento da despesa e arrecadação da receita", frisou o desembargador.

Ex-prefeito de Paço do Lumiar, Mábenes Fonseca, cujas contas do exercício financeiro de 2001 foram desaprovadas pelo (TCE)

Coube ao relator para o acórdão declarar prescrito o delito do artigo 89 da Lei n.º. 8666/93 (ao frustrar procedimentos licitatórios), pois os fatos remontam a 2001 e o recebimento da denúncia só ocorreu em 30 de maio de 2011.

Quanto ao delito do artigo 1º, II, do Decreto Lei nº207/67 (utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos), Mábenes Fonseca foi condenado a cumprir pena de cinco anos e 9 meses de reclusão. "Nesse caso não há que falar em prescrição, porque a mesma se opera em 12 anos", concluiu Joaquim Figueiredo.

O ex-prefeito, em sua defesa, disse – em fase de apelação de sentença – que não existe nos autos meios de provas que comprovem a utilização irregular ou indevida da verba, bem como não teria sido atestado o elemento anímico (relacionado à parte) dolo na sua conduta, fatores que afastariam a tipicidade, segundo ele. Sustentou, também, que a dosimetria da pena foi injusta porque o magistrado não justificou a exasperação da pena-base.

"O campo de irregularidades é vasto e restou comprovado durante toda a instrução com depoimentos testemunhais, onde se observa, também, ausência de comprovantes de despesa, ausência de contrato de prestação de serviços, empenho feito em caráter posterior, fragmentação de despesa relativa à aquisição de material escolar, medicamentos e combustível", ressaltou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Votaram no julgamento os desembargadores Tyrone José Silva (relator originário), José Joaquim Figueiredo dos Anjos (revisor e relator para o acórdão) e José Bernardo Silva Rodrigues. Os desembargadores, por maioria de votos e de acordo em parte com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conheceram e deram parcial provimento ao recurso do ex-prefeito de Paço do Lumiar, para reconhecer a prescrição, nos termos do voto do desembargador revisor Joaquim Figueiredo. (Processo nº. 0468282014)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 03	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Bacuri

Justiça condena ex-prefeito por improbidade administrativa

Sentença assinada pelo juiz Thadeu de Melo Alves, titular da comarca de Bacuri, condenou o ex-prefeito do município, Aurino Vieira Nogueira, à suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco anos pela prática de improbidade administrativa caracterizada pela não prestação de contas de convênio firmado entre o Município e o Ministério da Educação e Cultura, com vistas à transferência de recursos no valor de R$ 47.100,00 (quarenta e sete mil e cem reais) para a manutenção de escolas públicas.

No documento, o magistrado condena ainda o ex-gestor ao ressarcimento integral do dano (valor do convênio), bem como ao pagamento de multa civil de dez vezes o valor da remuneração percebida pelo réu em janeiro de 2004, quando era prefeito do município. Ambos os valores devem ser acrescidos de correção monetária pelo INPC e juros moratórios de 1% ao mês. O ex-prefeito fica também proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de três anos.

A sentença atende à Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa interposta pelo Município de Bacuri em face do ex-prefeito. Na ação, o autor sustenta que "o réu, em que pese ter recebido os recursos do convênio em sua totalidade, não efetivou a devida prestação de contas do convênio, inviabilizando a celebração de novos convênios com o órgão convenente".

Em suas fundamentações, o juiz afirma que a análise dos autos aponta para a irregularidade relatada pelo autor. "Extrai-se que o promovido, à época dos fatos, exercia o cargo de prefeito do município de Bacuri e não prestou contas referentes ao Convênio nº 355428 (SIAF) celebrado com o FNDE, cujo objeto era a transferência de recursos para a manutenção de escolas públicas. Assim sendo, verifica-se que o ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública encontra-se devidamente configurado, uma vez que o promovido, na condição de prefeito municipal de Buriti, deixou de prestar contas do convênio citado...", destaca.

DOLO

Citando o art. 70 da Constituição Federal, que estabelece o dever de prestação de contas por parte de toda "pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores de natureza pública", o magistrado salienta que a prestação de contas permite à Administração "aferir a legalidade dos atos praticados e comprovar o efetivo cumprimento do convênio firmado".

Para o juiz, "ao não prestar contas com o intuito de inviabilizar o exame comparativo das despesas supostamente realizadas e dificultar a fiscalização da efetiva aplicação dos recursos que lhe foram destinados por intermédio do convênio" objeto da ação, resta configurado o dolo do ex-gestor, que violou dever funcional que competia a ele.

Nas palavras do magistrado, a ausência da prestação de contas fere o princípio da publicidade que deve nortear a atividade dos gestores públicos, inviabilizando o controle dos gastos do administrador público, revelando imperiosa a condenação daquele que o pratica.

Divulgação

O ex-prefeito Aurino Nogueira foi condenado à suspensão dos direitos políticos por cinco anos

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Hora Extra
DATA 08 / 11 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Construtora Franere é condenada a reparar danos ambientais na Ponta d'Areia

Em sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, a Franere Montante Ltda foi condenada na obrigação de fazer, consistente em remover as obras de drenagem por ela executadas, substituindo-as por outras de drenagem que não mais utilizem as dunas e nem a praia da Ponta D'areia como trajeto, no prazo de 1 ano, conforme projeto aprovado pelo Município de São Luís. A ré deverá, ainda, recuperar a área de preservação permanente destruída, conforme Plano de Recuperação a ser apresentado e executado, no prazo de 180 dias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por desrespeito a qualquer dos prazos concedidos e com eventual valor a ser destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos.

O pedido, formulado pelo Ministério Público, narra que a empresa Franere Montante Imóveis Ltda, sob a omissão e condescendência do Município de São Luís, teria efetuado intervenção em desacordo com a legislação ambiental em área de preservação permanente localizada no loteamento Ponta D'areia, em São Luís. Afirma, ainda, que teria ocorrido supressão ilegal de vegetação fixadora de dunas, e das próprias dunas na Ponta D'areia, objetivando a construção de obra de drenagem pluvial destinada a servir ao empreendimento Two Towers, da empresa Franere. Em resposta a resposta a ofício, a empresa prestou esclarecimentos, e juntou os documentos contendo as licenças, alvarás e demais documentos relacionados ao empreendimento.

Alega o órgão ministerial, ademais, que o Município de São Luís não poderia ter se omitido, pois é o responsável pela drenagem urbana, nem deveria emitir alvará de construção sem conferir a existência de infraestrutura necessária ao suporte do empreendimento. Na sentença, o Município também foi condenado, na obrigação de fazer consistente em projetar todo o sistema de drenagem pluvial do loteamento Ponta d'Areia, sem direcioná-lo às dunas ou a praia e executá-lo, removendo os sistemas já existentes que se utilizem das dunas ou da praia, salvo o realizado pela Franere, no prazo de 2 anos, devendo apresentar o cronograma de execução no prazo de 120 (cento e vinte) dias, ambos contados da intimação desta decisão, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) em razão da eventual desobediência a qualquer dos prazos estipulados – eventual valor a ser destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, nos termos do art. 14, § 1º da Lei nº 6938/81.

O Município de São Luís alegou, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva sob o fundamento de que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente foi o órgão responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento, que, dessa forma, assumiu a sua fiscalização e, inclusive, procedeu à atuação quando informado da denúncia. A Fazenda Municipal assevera que "se limitou a conceder o alvará de construção e o habite-se do empreendimento, documentos estes que não podem ser confundidos e nem podem substituir a licença ambiental propriamente dita, concedida pelos órgãos ambientais competentes". O Município sustenta também que não há como obrigá-lo "a projetar e executar imediatamente todo o sistema de drenagem pluvial do Loteamento Ponta D'Areia. Mesmo por que, não houve prévia dotação orçamentária para estas despesas."

Ainda de acordo com a sentença, a Construtora Franere também foi condenada na obrigação de indenizar os danos ambientais causados pelas obras de drenagem em prejuízo à área de preservação permanente, no valor equivalente a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) a ser destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, nos termos do art. 14, § 1º da Lei nº 6938/81, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	(X) Outros Hora Extra
(X) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 08 / 11 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

MELHORIA NO SISTEMA

Governador entrega modernizações no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

O Governo está investimento permanentemente na infraestrutura e segurança do sistema penitenciário estadual. Nesta segunda-feira (7), o governador Flávio Dino inaugurou a portaria unificada do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a sede de Supervisão de Segurança Interna (SSI), salas da OAB, Defensoria Pública do Estado e videoconferência, entregou o cartão benefício 'Reintegração e Cidadania', lançou o selo de qualidade 'Trabalho com Dignidade' e anunciou a incorporação de novos 246 agentes penitenciários.

A solenidade da entrega dessa série de benefícios para o sistema penitenciário da capital ocorreu no Complexo Penitenciário em São Luís e marcou a inauguração da portaria unificada do local, que dará mais dignidade, velocidade e propiciará um acesso mais seguro. A nova estrutura conta com equipamentos de raio-x esteira e BodyScan (escâner corporal), que realiza com mais eficiência a inspeção de pessoas e objetos, dando fim a revista vexatória.

Em seu discurso, o governador Flávio Dino destacou que as obras inauguradas são ainda mais importantes, pois tratam de investimentos em pessoas e estão sendo feitas a partir de uma união de esforços. "Uma obra só faz sentido quando ela está a serviço de uma visão, e nossa visão é que todas as pessoas são iguais perante Deus e as leis. Nenhuma pessoa é destituída totalmente de direitos, independentemente da sua situação. E é papel do Governo e das demais instituições do Estado garantir que os direitos previstos em lei cheguem a todas as pessoas", pontuou.

Flavio Dino com secretario da Seap entre os presos de Pedrinhas

Além da portaria unificada, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) inaugura a nova sede do SSI, 10 parlatórios, juntamente com salas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) e à Defensoria Pública Estadual, espaços que vão permitir que o atendimento dos internos por seus representantes seja feito de maneira mais célere e com melhores condições estruturais. Também foram inauguradas duas salas de videoconferência, em parceria com o Tribunal de Justiça, que diminuirão o número de escoltas de presos para o Fórum e, consequente, custos.

"Nós conseguimos neste período fazer uma série de avanços, conquistas que demorariam décadas normalmente. Além dessas obras físicas, nós estamos fazendo com que o sistema volte a operar sua credibilidade, que é uma obra invisível e de grande significado", reiterou o governador.

Para o secretário da Seap, Murilo Andrade, as obras entregues nesta etapa de investimentos irão beneficiar 2500 presos e cerca de cinco mil visitantes que passam pelo Complexo Penitenciário de São Luís todos os meses. "São visitantes que não passarão mais por revista vexatória. É um ganho que a gente tá tendo a partir de agora. Agregado a isso instalações confortáveis, cobertas, em que as pessoas estarão sentadas esperando atendimento", explicou o secretário.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, todos os investimentos que são feitos para melhorar o respeito da dignidade da pessoa humana devem ser celebrados. "É preciso melhorar. É preciso tirar a imagem triste que a Penitenciária de Pedrinhas tinha no Brasil e no mundo. Tudo que aconteceu nos anos passados refletiram no mundo. Hoje eu posso testemunhar que as condições de tratamento dos presos do estão melhorando graças ao trabalho do Governo do Estado", ressaltou.

Cartão Benefício e Selo de Qualidade

Na oportunidade, o Governo lançou o Cartão Benefício 'Reintegração e Cidadania', que visa proporcionar o resgate da dignidade das pessoas privadas de liberdade no Maranhão por meio do pagamento em conta benefício aos internos e internas que trabalham nas unidades prisionais do Estado.

Altair Correa Rocha foi um dos 148 internos que trabalharam nas obras inauguradas nesta segunda-feira e recebeu das mãos do governador Flávio Dino o cartão benefício. "Eu sou muito grato da oportunidade que o Estado está dando para todos nós. É um processo de ressocialização que vem funcionando.

A gente fica muito feliz de ser ajudado e estamos colaborando para dar continuidade lá fora, para as pessoas olharem a gente não como ex-presidiário, e sim como uma pessoa que veio para cá ser tratada", relatou.

Já o selo de qualidade 'Trabalho com Dignidade' tem como finalidade identificar a produção desenvolvida por pessoas privadas de liberdade do Sistema Penitenciário Maranhense demonstrando à sociedade que o trabalho é um grande meio de ressocialização e reintegração social.

"Todos os produtos feitos pelo sistema penitenciário terão uma inspeção e certificação de qualidade para que eles possam ser comprados pelo próprio Governo, e com isso nós gerarmos renda para os presos a fim de possibilitar sua reinserção, sua recuperação social. Não se cuida de um espaço destinado somente a repressão, mas também a prevenção de novos delitos. É investimento em segurança pública e no cumprimento das leis e do atendimento dos direitos humanos no nosso estado", completou Flávio Dino.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	(X) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 08 / 11 / 2016	Página 08	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

MODERNIDADE NA CADEIA

Governador entrega portaria unificada e modernizações no Complexo Penitenciário de São Luís

O Governo está investimento permanentemente na infraestrutura e segurança do sistema penitenciário estadual. Nesta segunda-feira (7), o governador Flávio Dino inaugurou a portaria unificada do Complexo Penitenciário de São Luís, a sede de Supervisão de Segurança Interna (SSI), salas da OAB, Defensoria Pública do Estado e videoconferência, entregou o cartão benefício 'Reintegração e Cidadania', lançou o selo de qualidade 'Trabalho com Dignidade' e anunciou a incorporação de novos 246 agentes penitenciários.

A solenidade da entrega dessa série de benefícios para o sistema penitenciário da capital ocorreu no Complexo Penitenciário de São Luís e marcou a inauguração da portaria unificada do local, que dará mais dignidade, velocidade e propiciará um acesso mais seguro. A nova estrutura conta com equipamentos de raio-x esteira e BodyScan (escâner corporal), que realiza com mais eficiência a inspeção de pessoas e objetos, dando fim a revista vexatória.

Em seu discurso, o governador Flávio Dino destacou que as obras inauguradas são ainda mais importantes pois tratam de investimentos em pessoas e estão sendo feitas a partir de uma união de esforços. "Uma obra só faz sentido quando ela está a serviço de uma visão, e nossa visão é que todas as pessoas são iguais perante Deus e as leis. Nenhuma pessoa é destituída totalmente de direitos, independentemente da sua situação. E é papel do Governo e das demais instituições do Estado garantir que os direitos previstos em lei cheguem a todas as pessoas", pontuou.

Além da portaria unificada, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) inaugura a nova sede do SSI, 10 parlatórios, juntamente com salas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) e à Defensoria Pública Estadual, espaços que vão permitir que o atendimento dos internos por seus representantes seja feito de maneira mais célere e com melhores condições estruturais. Também foram inauguradas duas salas de videoconferência, em parceria com o Tribunal de Justiça, que diminuirão o número de escoltas de presos para o Fórum e, consequente, custos.

"Nós conseguimos neste período fazer uma série de avanços, conquistas que demorariam décadas normalmente. Além dessas obras físicas, nós estamos fazendo com que o sistema volte a operar sua credibilidade, que é uma obra invisível e de grande significado", reiterou o governador.

Para o secretário da Seap, Murilo Andrade, as obras entregues nesta etapa de investimentos irão beneficiar 2500 presos e cerca de cinco mil visitantes que passam pelo Complexo Penitenciário de São Luís todos os meses. "São visitantes que não passarão mais por revista vexatória. É um ganho que a gente tá tendo a partir de agora. Agregado a isso instalações confortáveis, cobertas, em que as pessoas estarão sentadas esperando atendimento", explicou o secretário.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, todos os investimentos que são feitos para melhorar o respeito da dignidade da pessoa humana devem ser celebrados. "É preciso melhorar. É preciso tirar a imagem triste que a Penitenciária de Pedrinhas tinha no Brasil e no mundo. Tudo que aconteceu nos anos passados refletiram no mundo. Hoje eu posso testemunhar que as condições de tratamento dos presos do estão melhorando graças ao trabalho do Governo do Estado", ressaltou.

Cartão Benefício e Selo de Qualidade

Na oportunidade, o Governo lançou o Cartão Benefício 'Reintegração e Cidadania', que visa proporcionar o resgate da dignidade das pessoas privadas de liberdade no Maranhão por meio do pagamento em conta benefício aos internos e internas que trabalham nas unidades prisionais do Estado.

Altair Correa Rocha foi um dos 148 internos que trabalharam nas obras inauguradas nesta segunda-feira e recebeu das mãos do governador Flávio Dino o cartão benefício. "Eu sou muito grato da oportunidade que o Estado está dando para todos nós. É um processo de ressocialização que vem funcionando. A gente fica muito feliz de ser ajudado e estamos colaborando para dar continuidade lá fora, para as pessoas olharem a gente não como ex-presidiário, e sim como uma pessoa que veio para cá ser tratada", relatou.

Já o selo de qualidade 'Trabalho com Dignidade' tem como finalidade identificar a produção desenvolvida por pessoas privadas de liberdade do Sistema Penitenciário Maranhense demonstrando à sociedade que o trabalho é um grande meio de ressocialização e reintegração social.

"Todos os produtos feitos pelo sistema penitenciário terão uma inspeção e certificação de qualidade para que eles possam ser comprados pelo próprio Governo, e com isso nós gerarmos renda para os presos a fim de possibilitar sua reinserção, sua recuperação social. Não se cuida de um espaço destinado somente a repressão, mas também a prevenção de novos delitos. É investimento em segurança pública e no cumprimento das leis e do atendimento dos direitos humanos no nosso estado", completou Flávio Dino.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
(X) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 08 / 11 / 2016	Página 04	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Mais segurança em Pedrinhas

Governador Flávio Dino inaugurou a portaria unificada do Complexo Penitenciário de São Luís e anunciou a incorporação de novos 246 agentes penitenciários

O Governo está fazendo investimento permanentemente na infraestrutura e segurança do sistema penitenciário estadual. Ontem, o governador Flávio Dino inaugurou a portaria unificada do Complexo Penitenciário de São Luís, a sede de Supervisão de Segurança Interna (SSI), salas da OAB, Defensoria Pública do Estado e videoconferência, entregou o cartão benefício 'Reintegração e Cidadania', lançou o selo de qualidade 'Trabalho com Dignidade' e anunciou a incorporação de novos 246 agentes penitenciários. A solenidade da entrega dessa série de benefícios para o sistema penitenciário da capital ocorreu no Complexo Penitenciário de São Luís e marcou a inauguração da portaria unificada do local, que dará mais dignidade, velocidade e propiciará um acesso mais seguro. A nova estrutura conta com equipamentos de raios X esteira e BodyScan (escâner corporal), que realiza com mais eficiência a inspeção de pessoas e objetos, dando fim a revista vexatória.

Em seu discurso, o governador Flávio Dino destacou que as obras inauguradas são ainda mais importantes pois tratam de investimentos em pessoas e estão sendo feitas a partir de uma união de esforços. "Uma obra só faz sentido quando ela está a serviço de uma visão, e nossa visão é que todas as pessoas são iguais perante Deus e as leis. Nenhuma pessoa é destituída totalmente de direitos, independentemente da sua situação. E é papel do Governo e das demais instituições do Estado garantir que os direitos previstos em lei cheguem a todas as pessoas", pontuou.

Dez parlatórios

Além da portaria unificada, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) inaugura a nova sede do SSI, 10 parlatórios, juntamente com salas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) e à Defensoria Pública Estadual, espaços que vão permitir que o atendimento dos internos por seus representantes seja feito de maneira mais célere e com melhores condições estruturais. Também foram inauguradas duas salas de videoconferência, em parceria com o Tribunal de Justiça, que diminuirão o número de escoltas de presos para o Fórum e, consequente, custos.

"Nós conseguimos neste período fazer uma série de avanços, conquistas que demorariam décadas normalmente. Além dessas obras físicas, nós estamos fazendo com que o sistema volte a operar sua credibilidade, que é uma obra invisível e de grande significado", reiterou o governador.

Para o secretário da Seap, Murilo Andrade, as obras entregues nesta etapa de investimentos irão beneficiar 2500 presos e cerca de cinco mil visitantes que passam pelo Complexo Penitenciário de São Luís todos os meses. "São visitantes que não passarão mais por revista vexatória. É um ganho que a gente tá tendo a partir de agora. Agregado a isso instalações confortáveis, cobertas, em que as pessoas estarão sentadas esperando atendimento", explicou o secretário.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, todos os investimentos que são feitos para melhorar o respeito da dignidade da pessoa humana devem ser celebrados. "É preciso melhorar. É preciso tirar a imagem triste que a Penitenciária de Pedrinhas tinha no Brasil e no mundo. Tudo que aconteceu nos anos passados refletiram no mundo. Hoje eu posso testemunhar que as condições de tratamento dos presos do estão melhorando graças ao trabalho do Governo do Estado", ressaltou.

Governador Flávio Dino observa teste da portaria unificada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

> Além dessas obras físicas, nós estamos fazendo com que o sistema volte a operar sua credibilidade, que é uma obra invisível e de grande significado
>
> **Flávio Dino,** governador do Maranhão

O governador Flávio Dino também realizou a entrega simbólica do cartão benefício 'Reintegração e Cidadania'. Na oportunidade, o Governo lançou o Cartão Benefício 'Reintegração e Cidadania', que visa proporcionar o resgate da dignidade das pessoas privadas de liberdade no Maranhão por meio do pagamento em conta benefício aos internos e internas que trabalham nas unidades prisionais do Estado.

Altair Correa Rocha foi um dos 148 internos que trabalharam nas obras inauguradas ontem e recebeu das mãos do governador Flávio Dino o cartão benefício. "Eu sou muito grato da oportunidade que o Estado está dando para todos nós. É um processo de ressocialização que vem funcionando. A gente fica muito feliz de ser ajudado e estamos colaborando para dar continuidade lá fora, para as pessoas olharem a gente não como ex-presidiário, e sim como uma pessoa que veio para cá ser tratada", relatou.

BARBARIDADE

Chacina é cometida dentro de um bar em Turilândia

Um crime no mínimo bárbaro foi cometido no último domingo (6), na cidade de Turilândia, distante 401km da capital maranhense. Três pessoas foram encontradas mortas dentro de um bar, no bairro Santa Luzia. As vítimas foram assassinadas a tiros.

De acordo com informações repassadas pela polícia, os assassinatos teriam acontecido no começo da manhã, por volta das 6h. Uma pessoa que seria vizinho ao estabelecimento teria escutado disparos de arma de fogo. Após os tiros, ele avistou duas pessoas saindo do bar em uma moto.

As três vítimas foram identificadas somente na manhã de ontem: José Roberto Ribeiro Ramos, Ronny Sérgio Soares de Sousa e Luís Fernando Ribeiro. Informações não oficiais revelaram que os assassinos usaram armas de grosso calibre.

PRESOS

Irmão tenta matar irmão com foice em Primeira Cruz

Policiais militares de Primeira Cruz prenderam dois irmãos. Os dois saíram na porrada e um tentou matar o outro. O primeiro a ser preso foi David da Silva e Silva, de 21 anos. Ele tentou assassinar José Ribamar Silva e Silva com uma faca.

Os policiais chegaram a tempo e conseguiram capturar David ainda com a arma em punho. Logo após a detenção de David, que foi encaminhado ao Distrito Policial, os PMs encontraram José Ribamar, na Rua José Bonifácio. Ele estava com uma foice procurando David para matá-lo. Quando a guarnição da PM se aproximou, José ameaçou os policiais com a foice, sendo detido e algemado. Ele também foi encaminhado para o DP.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 08 / 11 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Chagas chega a 504 anos de prisão em mais um julgamento

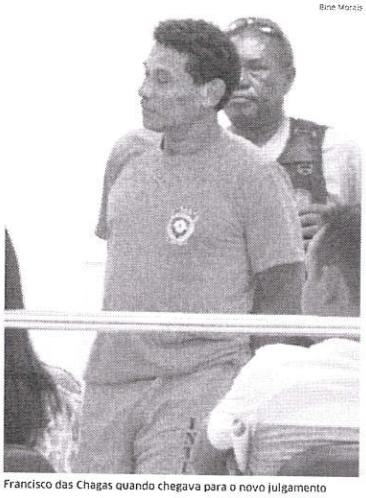
Mecânico acusado do assassinato de pelo menos 42 meninos no Maranhão e no Pará sentou ontem no banco dos réus no Fórum de São José de Ribamar para ser julgado por mais um crime e foi condenado a 13 anos e 4 meses

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Quinhentos e quatro anos é o período da pena que o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 51 anos, terá de cumprir, em razão do julgamento de 17 processos pelas mortes de crianças ocorridas na Região Metropolitana de São Luís, na década de 1990. Ele ficou conhecido nacionalmente por cometer crimes contra menores, no caso dos meninos emasculados. Segundo a polícia, o criminoso assassinou, com requintes de crueldade, 42 meninos, sendo 30 no Maranhão e 12 no Pará. Desde o ano de 2003 ele está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Ontem, Francisco das Chagas sentou mais uma vez no banco dos réus e foi condenado a 13 anos e 4 meses em regime fechado pela morte e ocultação de cadáver de Jailson Alves Viana, de 15 anos. O julgamento ocorreu na sede do Fórum da cidade de São José de Ribamar e foi presidido pela juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca desse município, Tereza Cristina Mendes. A sessão ainda contou com a presença da promotora Bianca Rocha e teve como advogados de defesa Erivelton Lago e Jocundo Franco. A família da vítima não compareceu ao julgamento.

Rose Morais



Francisco das Chagas quando chegava para o novo julgamento

Conclusão

A juíza informou que o júri popular, composto por três mulheres e quatro homens, aceitou a autoria e materialidade do crime, e Francisco das Chagas acabou sendo condenado por mais um assassinato. Ainda segundo a magistrada, o réu, somente na 1ª Vara Criminal da Comarca de São José de Ribamar, tinha oito processos pelos assassinatos de crianças, que ocorreram nessa cidade. "Todos os processos que havia contra Chagas nesta Vara Criminal já foram julgados e acabou com a condenação do réu em todos eles", afirmou Tereza Cristina Mendes.

A promotora Bianca Rocha disse que a sua tese foi trabalhada em cima da própria confissão de Chagas. "Ele, ao ser interrogado pela polícia, afirmou que teve participação na morte do adolescente", declarou Bianca Rocha. O advogado Erivelton Lago informou que não iria recorrer desse julgamento, pois o próprio júri popular, ao decidir pela pena, reconheceu a semi-imputabilidade do seu cliente. "No processo, há um laudo constatando que o meu cliente possui um transtorno de personalidade", disse o advogado.

O crime

Jailson Alves Viana tinha 15 anos quando saiu de sua residência, na área da Cidade Operária, para tomar banho no rio da Mata de São João, na tarde do dia 25 de dezembro de 1995. Ele, antes de chegar ao rio, teria passado pela área de ocupação da Cidade Olímpica, pertencente ao grupo da Gás Butano.

O corpo do menino somente foi encontrado no dia 5 fevereiro de 1997, nas proximidades do povoado Santana, na Cidade Olímpica. A polícia suspeitou dos vigias da empresa Gás Butano, Genésio Alves de Sousa, o "Genezinho", e Francisco Lopes da Silva, o "Chico Cândido".

Outros processos

Os processos contra Francisco das Chagas tramitam na 1ª e 2ª varas de São José de Ribamar, na 1ª Vara de Paço do Lumiar e 9ª Vara Criminal de São Luís. Nas varas de São José de Ribamar existem 14 processos contra o mecânico e outros nove processos em Paço do Lumiar. O mecânico teria assassinado pelo menos 42 meninos. Todas as vítimas tinham o mesmo perfil, com idade máxima de 15 anos, e eram de famílias pobres, pois eram atraídas para um matagal com falsa promessa de recompensas.

Na 9ª Vara Criminal de São Luís, o mecânico responde por mais dois homicídios. Ele já foi julgado e condenado a 29 anos por um dos crimes, novamente praticado contra um menor. O segundo processo está aguardando para ser incluído na pauta do júri, naquela unidade. Inicialmente, o processo fora distribuído para a 4ª Vara de Tribunal do Júri, mas depois foi encaminhado para a 9ª Criminal, devido à competência para processar e julgar crimes contra crianças.

> Vítimas tinham o mesmo perfil e idade de 15 anos

Além disso, Francisco das Chagas responde a processos na Justiça do Pará, que enviou duas cartas precatórias (instrumento de comunicação com pedido de providências para juízes que atuam em localidades distintas) para que a 1ª e 3ª Varas do Tribunal do Juri de São Luís intimassem o mecânico. As precatórias já foram cumpridas e devolvidas à Justiça do Pará. ●

FIQUE POR DENTRO

Vítimas de Chagas

1) Alexandre de Lemos Pereira
2) Antônio Reis Silva
3) Bernardo da Silva Modesto
4) *Bernardo Rodrigues Costa - corpo encontrado nas matas de São José de Ribamar
5) Carlos Wagner dos Santos Sousa
6) *Daniel Ferreira Ribeiro - corpo encontrado na Vila José Reinaldo
7) *Diego Gomes Araújo - corpo encontrado na Vila José Reinaldo
8) Edivan Pinto Lobato
9) Eduardo Rocha da Silva
10) Evanilson Cantanhede Costa
11) *Hermógenes Colares - corpo encontrado nas matas de Santana
12) *Ivanildo Povoas Ferreira - corpo encontrado na Maiobinha
13) Jailson Alves Viana
14) Jonnathan Silva Vieira
15) *Josemar de Jesus Batista - corpo encontrado no povoado Santana
16) *Julio César Pereira Melo - corpo encontrado nas matas de Ubatuba
17) Laércio Silva Martins
18) Nerivaldo dos Santos Pereira
19) *Nonato Alves da Silva - corpo encontrado nas matas de Ubatuba
20) Rafael Carvalho Carneiro
21) *Raimundo Luis Sousa Cordeiro - corpo encontrado nas matas de Santana
22) Raimundo Nonato da Conceição Filho
23) *Ranier Silva Cruz - corpo encontrado no Paranã
24) *Welson Frazão Serra - corpo encontrado na Vila Jair
25) *Alexandre dos Santos Gonçalves - corpo encontrado São Brás dos Macacos
26) *Sebastião Ribeiro Borges - corpo encontrado matas de Santana
27) Jondelvanes Macedo Escócio
28) Emanoel Diego de Jesus Silva
29) Não identificado
30) *Não identificado - corpo encontrado no Araçagi

Vítimas eram dos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.
*Casos que aconteceram em São José de Ribamar

Fonte: Centro de Defesa Marcos Parcerini

Violência predomina nos municípios maranhenses

Pelo menos oito homicídios dolosos foram registrados de sexta-feira até ontem em Turilândia, com três casos em um só dia: Codó, Lago da Pedra e Timon, onde um comerciante matou o outro a facadas

De sexta-feira, 11, até ontem, foram registrados oito homicídios dolosos no interior do estado. Segundo a polícia, os casos ocorreram em apenas quatro cidades, três em Turilândia, três em Codó, que teve ainda duas tentativas, uma morte em Lago da Pedra e outra em Timon. As vítimas em Turilândia foram identificadas como José Roberto Ribeiro Ramos, de 39 anos, Luís Fernando Ribeiro, de 39 anos, e Ronny Sérgio Soares de Sousa, idade não revelada.

Segundo informações da polícia, um motoqueiro não identificado teria invadido um bar e desferido um tiro na cabeça de José Ramos e logo depois matou Luis Fernando. O último a ser assassinado, também com um tiro na cabeça, foi Ronny Sérgio.

Os corpos das vítimas foram removidos para o hospital da cidade para ser autopsiados e liberados aos seus familiares na manhã de ontem. O fato está sendo investigado pela Polícia Civil, mas até ontem à tarde não havia registro de identificação do criminoso. A motivação desse crime também não foi esclarecida.

Codó

Já na cidade de Codó também foram registrados três assassinatos e duas tentativas de homicídios dolosos. Uma das vítimas foi o ex-presidiário Manoel dos Santos, o *Vitorão*, de 23 anos. A polícia informou que o corpo dele foi encontrado queimado e com marcas de tiros na cabeça em uma área de matagal, no povoado Caldeirões, na noite de sexta-feira. Ele tinha deixado a cadeia no dia 27 de outubro deste ano e respondia pelos crimes de tráfico de entorpecentes e roubo.

No domingo, 6, foi assassinado Iago José Araújo, de 19 anos, com quatro tiros, desferidos por uma pessoa não identificada, no centro da cidade. Ainda nesse dia, Flávio Oliveira, o *Salsichão*, e Leonilton Matos, o *Piute*, foram levados para o hospital da cidade correndo risco de morte. Eles teriam brigado e matado a golpes de faca Manoel Muniz, de 65 anos.

> Motoqueiro é procurado pelos crimes

> Corpo é achado queimado na cidade de Codó

> Dois irmãos são baleados durante briga: um morreu

A polícia informou que *Salsichão* sofreu um corte profundo no olho esquerdo e *Piute* levou vários golpes de faca. Já Manoel Muniz era pai do adolescente identificado apenas como *Pelado*, que era diariamente agredido por *Salsichão* e *Piute*.

Irmãos baleados

Uma briga ocorrida nas primeiras horas de ontem no povoado Lagoa Seca, zona rural de Lago da Pedra, resultou na morte de uma pessoa e deixou outra gravemente ferida, no Hospital Geral de Peritoró. A polícia informou que as vítimas são irmãos, identificadas apenas como *Negrinho* e Jardel.

Elas tentaram segurar um homem e acabaram baleadas. Os dois irmãos foram levados primeiramente para o Hospital Municipal de Lago da Pedra, onde Jardel morreu. A outra vítima, devido à gravidade dos ferimentos, foi transferida para o hospital, em Peritoró.

O caso está sendo investigado pela equipe da delegacia de Polícia Civil de Lago da Pedra, mas até a noite de ontem não tinha registro de prisão do acusado. A motivação do crime teria sido uma discussão entre as vítimas e o suspeito que teve início após uma partida de futebol.

Timon

O comerciante Valentim Neto Leal, 65 anos, foi morto na manhã de ontem após briga com outro permissionário do mercado municipal de Timon, cidade vizinha a Teresina. A informação da polícia é de que a vítima iniciou a discussão.

Até ontem à tarde não havia detalhes sobre o motivo da briga, mas o cenegate Sousa Neto informou que Valentim chegou ao mercado e proferiu ofensas contra o suspeito, Abílio de Aguiar Manaíno.

"Segundo testemunhas, eles já eram conhecidos e então iniciaram uma discussão. A vítima xingou o suspeito, iniciou-se então uma luta corporal e resultou nesse crime. Achamos a faca usada e o suspeito vai para a Central de Flagrantes após atendimento", disse o policial.

Testemunhas informaram que durante a briga, a vítima atingiu Abílio com uma facada. Ferido, ele saiu e retornou depois, mas a briga foi contida pelos outros comerciantes. Momentos depois, Abílio retornou e esfaqueou Valentim no peito, que morreu no local.

Abílio foi conduzido ao hospital e foi preso em flagrante após atendimento médico. A família da vítima esteve no local, mas não quis falar sobre o ocorrido. ●

NA WEB

Veículo usado em ataque é queimado
oestadoma.com/417739

Mais notícias de **Polícia** em: **oestadoma.com.br**

Fotos/Divulgação

Igor Gutielle da Silva Monteiro e Ítalo da Silva Monteiro, os acusados

Polícia prende os irmãos acusados de matar taxista

Vítima foi atacada pelos criminosos quando saía de uma festa no bairro Santa Rita, em Imperatriz

Os irmãos gêmeos, Igor Gutielle da Silva Monteiro e Ítalo da Silva Monteiro, de 20 anos, foram presos pela Polícia Militar na cidade de Imperatriz. Eles são acusados de terem roubado e matado o taxista Antônio Pereira da Silva, de 52 anos, na madrugada de domingo, 6, no bairro Santa Rita, nesse município.

Ainda segundo informações da polícia, guarnições da Força Tática da Polícia Militar prenderam ontem Ítalo Monteiro e o conduziram para a Delegacia de Homicídios, onde o caso está sendo investigado. O outro acusado havia sido detido na tarde de domingo também por uma guarnição da Polícia Militar, na Rua Alagoas, área do Centro de Imperatriz.

Os dois detidos foram autuados pelo crime de latrocínio e ainda ontem foram encaminhados para a unidade prisional em Imperatriz. Os irmãos já têm passagens pela polícia por roubo e tráfico de droga.

Na madrugada de domingo, 6, o taxista estava saindo de um clube de show, no bairro Santa Rita, e antes de entrar em seu veículo foi abordado pelos assaltantes. A vítima reagiu ao assalto e levou um tiro no peito disparado por um dos bandidos e em seguida foi alvejado mais uma vez pelo segundo criminoso.

Antônio Pereira morreu no local e a dupla criminosa fugiu levando alguns pertences de Antônio Pereira. O corpo do taxista foi sepultado na tarde de ontem, no cemitério de Imperatriz. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

OPERAÇÃO JOGO LIMPO

Quatro presos pela PF tinham em mãos, gabarito do Enem 2016

Quatro pessoas foram presas em flagrante com gabaritos da prova do Enem 2016 no fim de semana durante a Operação Jogo Limpo, realizada pela Polícia Federal em sete estados. As prisões ocorreram nas cidades de Juazeiro (CE), Independência (CE), Macapá (AP) e Santarém (PA). Ao todo, 22 pessoas são investigadas. Em coletiva realizada na manhã desta segunda-feira (07), na sede da Superintendência da Polícia Federal, em São Luís, a PF informou que todos os suspeitos de participar do grupo criminoso já estavam sendo investigados desde o ano de 2015, quando foi realizado um cruzamento de dados dos gabaritos, que mostrou que várias pessoas apresentaram as respostas idênticas no último Enem.

No Maranhão, não houve prisões, mas duas pessoas que realizaram o Enem foram ouvidas e seguirão investigadas por suspeita de fraude ao exame em anos anteriores.

A Operação Jogo Limpo foi realizada nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Tocantins, Amapá e Pará. Foram cumpridos 22 mandados de busca e apreensão.

"A partir da análise de gabaritos apresentados em anos anteriores promovida pela Policia Federal em conjunto com o INEP (responsável pela realização do Enem), foram identificadas 22 pessoas que teriam apresentado respostas suspeitas de fraude e que fariam a prova novamente em 2016", diz PF, em nota.

Em Santarém (PA), o alvo da prisão foi uma jovem que estava com anotações que condiziam com algumas questões da prova. Para o delegado Gecivaldo Vasconcelos, responsável pelo caso, a suspeita não estava com o gabarito da prova. A jovem pagou fiança e foi liberada.

Em Macapá, um homem, que não foi identificado pelos policiais envolvidos na operação, foi preso logo após ter deixado o local de prova em uma faculdade no Centro da capital. Com ele, foi encontrado um texto com o assunto "intolerância religiosa", aplicado no Enem a quase seis milhões de candidatos em todo o país. Ele pagou fiança de um salário mínimo e meio (R$ 1.320) e vai responder por fraude em certame de interesse público, podendo ser preso por até quatro anos.

PORTAL G1

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Carga de cigarro avaliada em mais de R$ 1 milhão é apreendida no PI

A Delegacia Especializada de Crimes Contra a Ordem Tributária Econômica e Contra as Relações de Consumo (Deccortec) realizou, na sexta-feira, 4, a apreensão de uma carga de cigarros contrabandeados avaliados em mais de R$ 1 milhão, na BR-230, em Fronteiras.

De acordo com o delegado JJ em entrevista a Rede Meio Norte, a apreensão ocorreu após um acidente envolvendo a carreta. "Por volta de 05h da manhã uma carreta se envolveu em um acidente próximo a Fronteiras e dentro dele tinha uma grande quantidade de cigarro contrabandeado.

Fomos informados da gravidade da situação e nos deslocamos até lá junto com a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil e a comunidade que de certa forma ajudou no sentido de que a gente fizesse uma grande apreensão de mais de 600 caixas de cigarros, que ainda não temos certeza da origem, só sabemos que passou em Teresina", afirmou.

Segundo ele, a carga saiu do Maranhão com destino ao Ceará. "A nota fiscal da carga tinha afirmando que era de papelão reciclado, mas na verdade estava cheia de cigarro. Levamos o cigarro que restou para a Receita Federal que também foi acionada e realizamos os procedimentos. A carga foi avaliada em mais de R$ 1 milhão, isso porque só foi aproveitada 600 caixas, mas acreditamos que tinha mais de 1000 caixas, a população saqueou parte delas", declarou o delegado.

Nesta segunda-feira (07), ocorreu a solenidade de inauguração da sede do Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária (GRINCOT) com a presença de autoridades. Para o delegado, a sede trará benefícios para reprimir a sonegação fiscal no Piauí.

"É um esforço gigante do Governo do Estado, no sentido de ficarmos todos juntos, no sentido de reprimir a sonegação fiscal no estado do Piauí. Nós sabemos que os números são elevados e que precisamos dar as mãos no sentido de acabar com esse crime que faz mal para a sociedade", disse.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate (X) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 09 / 11 / 2016	Página 07	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

As vítimas foram executadas com tiros na cabeça

Três jovens são executados a bala dentro de bar, em Turilândia

Um homem ainda não identificado pela polícia acabou matando três jovens em um bar na cidade de Turilândia, (MA), na Baixada Maranhense, na madrugada desta segunda-feira (7). As vítimas da chacina foram identificadas como José Roberto Ribeiro Ramos, Ronny Sérgio Soares de Sousa e Luís Fernando Ribeiro. O crime ocorreu noite de domingo, (6) no 'Bar da Preta' localizado no bairro Santa Luzia, naquele município. Segundo informações colhidas no local pela polícia, o atirador estacionou a sua moto a poucos metros do bar em um local escuro. Em seguida, sem tirar o capacete, ele se dirigiu ao estabelecimento onde encontrou as vítimas. De arma em punho ele atirou contra a cabeça de José Roberto e Luís Fernando que morreram no local. Ao perceber que os seus amigos haviam sido assassinados Ronny, tentou escapar, mas foi perseguido e também atingido com um tiro na cabeça. Ele ainda chegou a ser socorrido, mas não resistiu e morreu a caminho do hospital. Após o crime homem caminhou tranquilamente em direção ao local onde havia deixado e a moto e fugiu do local. A polícia esta investigando o que pode ter motivado a execução das vítimas.

Homem com sinais de embriaguez atropela e mata mulher

Uma mulher identificada como Hilda Francisca de Sousa, 43 anos, morreu após ser atropelada por um carro no bairro Currais, no município de São João da Canabrava, interior do Piauí. O condutor do veículo, segundo a polícia, apresentava sinais de embriaguez. O acidente ocorreu por volta das 20h30 de domingo, dia 06 de novembro.

De acordo com informações de testemunhas repassadas para Polícia Militar, a mulher retornava de uma igreja quando, de repente, foi atropelada pelo veículo, placa e modelo não identificados. Após o forte impacto, teve o pulmão perfurado e fraturou um braço e uma perna.

Bastante ferida, foi socorrida e encaminhada para o Hospital Regional em Picos e transferida para a capital Teresina e devido à gravidade dos ferimentos, morreu na altura da cidade de Valença do Piauí. O tenente Edivan Martins informou que o motorista foi preso. "O acusado foi preso em flagrante por conduzir veículo com influência de álcool e levado para Picos onde ficou preso", afirmou.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 08 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

"Língua negra" permanece desaguando no mar, em SL

Esgoto in natura ainda escorre da foz do Rio Calhau na direção do mar, em São Luís; apesar disso, último laudo de balneabilidade, divulgado no dia 1º, concluiu que praias estão próprias para banho em toda a região metropolitana

Apesar do último resultado do laudo de balneabilidade – divulgado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) no dia 1º deste mês –, que concluiu que as praias de São Luís estão próprias para banho, a "língua negra" (fenômeno caracterizado por especialistas como o possível despejo de esgoto *in natura*) ainda é vista na orla da cidade. No Rio Calhau (ao lado do parquinho da Avenida Litorânea), por exemplo, uma mancha escura é observada por frequentadores do trecho.

O Estado esteve na tarde de ontem no trecho e constatou mais uma vez o fato. No local, não foi observada a presença de técnico ambiental analisando a situação. A aparição mais recente da "língua negra" começou há pouco mais de uma semana. Vários banhistas tiraram fotos do fato por meio de celulares, que, rapidamente, se espalharam pela internet.

No dia 4 deste mês, em resposta a questionamentos de O Estado sobre a água poluída que escorria do Rio Calhau, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) informou, em nota, que durante a coleta de amostras de água nas praias de São Luís e São José de Ribamar, para laudo de balneabilidade, na tarde de quarta-feira, 2, a equipe do Laboratório de Análises Ambientais da Secretaria constatou lançamento de esgoto na foz do Rio Calhau, em São Luís, em direção à praia. Frisaram ainda que, na ocasião, os técnicos fotografaram e coletaram a amostra da água, tomando, assim, as providências necessárias, entrando inclusive em contato, imediatamente, com a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema).

Segundo a Sema, na sexta-feira, 4, teria sido enviado técnico ao local para verificar novamente as condições, e não houve mais o registro da mancha negra, o que é contestado por O Estado, que também esteve no local no mesmo dia e fez registros fotográficos da "língua negra".

SAIBA MAIS

Uma das soluções apontadas para a melhoria – apontada pela Sema – da balneabilidade das praias de São Luís é a Estação de Tratamento do Vinhais (entregue pelo Governo do Estado em agosto deste ano). No dia 22 do mês passado, O Estado publicou que, de acordo com um funcionário ligado diretamente à direção da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), o esgoto que está chegando à estação de tratamento é entregue a natureza com mais de 50% de impureza. Ainda segundo a fonte, a entrega da ETE – por parte do Governo – foi "politiqueira".

De Jesus

Água suja ainda escorre da foz do Rio Calhau na direção do mar, poluindo a orla de São Luís; último laudo de balneabilidade foi divulgado no dia 1º

Balneabilidade

O despejo da "língua negra" é apenas mais um dos fatos recentes que contestam, de forma mais veemente, os laudos de balneabilidade das praias da Ilha. No dia 19 do mês passado, a Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (AL) realizou uma audiência pública em que especialistas de diversas áreas questionaram os métodos utilizados pela Sema na coleta de amostras que geram os laudos.

Em contrapartida, a direção da Sema disse – na ocasião – que os laudos são feitos com base em resoluções técnicas específicas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A O Estado na semana passada, o secretário titular da Sema, Marcelo Coelho, informou que não havia nenhuma objeção para a realização de contraprovas dos testes. "O nosso interesse é que tudo seja esclarecido. O nosso posicionamento é que a população pode ficar tranquila que as praias estão próprias para banho", disse.

Procurada por O Estado, até o fechamento desta pagina, o Governo do Estado não se pronunciou sobre permanência da "língua negra" despejada no mar. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 02	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Segurança de barragem é tema de encontro

Evento aconteceu na manhã de ontem, no auditorio da Secretaria de Meio Ambiente; situação da Barragem do Bacanga foi abordada durante debates

A segurança nas barragens foi o tema de um encontro realizado na manhã de ontem, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH). Durante as discussões, foi abordada a situação da Barragem do Bacanga, em São Luís, que passa por reforma.

A oficina "Revisando a Segurança de Barragens" aconteceu no auditório da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), no bairro Calhau. A atividade fez parte de uma série de oficinas já realizadas em outras cidades brasileiras. Além da ABRH, o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc.CBH), o Conselho Estadual de Recurso Hídricos (Conerh), entre outras entidades também participaram das discussões.

O objetivo do encontro foi debater os resultados das investigações, monitoramentos, negociações e acordos; discutir as iniciativas de projetos de leis tanto federais como estaduais voltados à lei de segurança nas barragens bem como de recursos hídricos.

"Esse tema de barragem é muito importante e nos últimos tempos ele tem ganhado muita força pelo acidente que aconteceu em Mariana. O Brasil todo precisa refletir de forma conjunta e o Maranhão está se incorporando nessa discussão para não apenas ouvir as discussões em todo o país, mas para contribuir. Já a Barragem do Bacanga é de grande importância para todos nós que estamos aqui e merece todos os cuidados de todos os atores envolvidos", disse Theresa Cristina Castro, vice-coordenadora nacional do Fonasc.CBH.

A mesma opinião foi compartilhada por Liene Pereira, secretária adjunta da Desenvolvimento Sustentável da Sema. "O Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, preocupada em ajudar a estabelecer novos critérios de segurança, participa, com o Conerh e ABRH, para apresentar elementos na reformulação na Política Nacional de Segurança de Barragens", destacou.

SAIBA MAIS

Todas as contribuições surgidas de propostas dos participantes da oficina de segurança nas barragens foram enviadas à ABRH Nacional, onde será elaborado um documento oficial com as proposições e sugestões como forma de contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de Segurança de Barragens no Brasil.

Bacanga

Com o rompimento do cabo de aço que sustentava a única comporta em andamento, na Barragem do Bacanga, no dia 17 de setembro de 2015, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra), iniciou uma intervenção emergencial bloqueando a entrada de água no Lago do Bacanga com a colocação de pedras para evitar que a inundação desabrigasse 27 mil famílias e impedisse o acesso de outras 100 mil que moram em bairros como Areinha, Sá Viana, Primavera, Vila Embratel, Bairro de Fátima e Coroadinho.

A primeira etapa foi a recuperação das seis comportas do tipo stop-logs, que foram concluídas em janeiro deste ano para amenizar a troca das águas, viabilizando dessa forma a salinidade e oxigenação do Lago do Bacanga.

A última fase será a implantação da comporta grande do tipo vagão. A peça está sendo fabricada por uma empresa especializada no estado de São Paulo, devendo chegar a São Luís no dia 28 deste mês. O planejamento para a condução dos serviços foi elaborado em conjunto com moradores do entorno e as comunidades pesqueiras. O acompanhamento dos serviços é realizado de forma regular.●

VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia (X) Outros Caderno 2
DATA 08 / 11 / 2016	Página 01	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Operação Jogo Limpo

PF cumpre dois mandados de busca e apreensão no Maranhão por suspeita de fraude no Enem

LUCIENE VIEIRA

Após a realização da última rodada de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), neste domingo (6), um homem que fazia as provas na cidade de Timon; e uma mulher, no município de Coroatá, tiveram mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal, por meio da operação "Jogo Limpo". Eles são investigados por suspeita de fraudar o Enem no ano de 2015, e a PF apura se a dupla também teria fraudado o gabarito da prova do exame em 2016.

Além dos mandados de buscas e apreensões nas cidades maranhenses, ainda no estado, mais três pessoas são investigadas por suspeita de fraude no exame realizado no ano passado. Porém, conforme as informações do chefe da Delegacia de Combate a Crimes Fazendários (Dfaz), da Polícia Federal, o delegado David Aragão, essas outras três pessoas não teriam comparecido aos locais de prova no último domingo. "No Maranhão, realizamos o cumprimento de dois mandados de busca e apreensão, nas cidades de Timon e Coroatá. Outras três pessoas, suspeitas pelo mesmo crime em 2015, não compareceram aos locais de prova", pontuou o delegado.

No total, a partir da análise de gabaritos apresentados em anos anteriores promovida pela Polícia Federal em conjunto com o Inep, foram identificadas 22 pessoas que teriam apresentado respostas suspeitas de fraude no ano passado e que fariam a prova novamente em 2016.

A Dfaz, por meio da operação Jogo Limpo, com o apoio da Divisão de Investigação da Polícia (Dip) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), cumpriria os 22 mandados de busca e apreensão no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Tocantins, Amapá e Pará. Desse total, segundo a PF, houve candidatos que não compareceram aos locais de prova e as ordens judiciais não puderam ser executadas.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida (X) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Aftosa

Há 15 anos sem registro de casos, Maranhão é o 1º estado do Nordeste em vacina deste ano

Em 2016, já na primeira fase da vacinação contra a febre aftosa, o Maranhão assumiu o primeiro lugar entre os estados do Nordeste na classificação vacinal de seu rebanho, segundo dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Ainda segundo o levantamento, o estado está entre os 10 melhores índices do Brasil na classificação.

Com área de 331.936.955 km², o estado conta atualmente com uma população de bovinos e bubalinos de 7.630.976 cabeças, distribuídas em 90.900 propriedades rurais, conforme dados atualizados do Sistema de Integração Agropecuário (Siapec) controlado pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged).

Os resultados deste ano são reflexos das ações realizadas desde 2015, quando a cobertura vacinal contra a aftosa atingiu a maior porcentagem dos últimos 15 anos, chegando a registrar 98,82% e 98,04% do rebanho maranhense vacinado na primeira e segunda etapa, respectivamente.

"A manutenção do status de livre de febre aftosa com vacinação e a superação das metas, que colocaram o Maranhão entre os primeiros do Nordeste são uma vitória e demonstra que estamos caminhando na direção certa para tornar o Maranhão ainda mais competitivo na pecuária, tanto nacional quanto internacionalmente", ressalta o secretário de Agricultura e Pecuária (Sagrima), Márcio Honaiser.

A porcentagem alcançada em 2016 corresponde à imunização de 7.513.765 bovinos e bubalinos, sendo inferior apenas ao da Bahia, que vacinou 9.704.344 animais, mas registrando um total de 93,84% de seu rebanho.

Entre as ações realizadas estão o trabalho de campo dos seus técnicos e da formação de parcerias com associações de representação de produtores rurais, secretarias municipais de agricultura, universidades e outras entidades, como o Fundo de Desenvolvimento Pecuário do Maranhão (Fundepec); a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão (SFA/MA); a Federação da Agricultura do Estado do Maranhão (Faema); e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

"Temos o segundo maior rebanho bovino e bubalino do Nordeste. Nosso público-alvo é diverso e engloba tanto os grandes, quanto os pequenos produtores. Conquistamos um resultado satisfatório devido à conscientização do criador maranhense e à atuação de nossos veterinários e técnicos agropecuários, com a ajuda de vários parceiros, em todos os 217 municípios do estado", frisou o presidente da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), Sebastião Anchieta.

BENEFÍCIOS

Entre os benefícios da zona livre da aftosa estão a certificações como a CZI (Certificação Zoossanitário Internacional). Emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o certificado garante que rebanhos estejam prontos para a exportação, assegurando que os animais são livres de doenças como febre aftosa, EEB, tuberculose bovina, brucelose, entre outras.

Divulgação

Os resultados atuais refletem ações realizadas desde 2015, quando a cobertura vacinal atingiu a maior porcentagem dos últimos 15 anos

EXPORTAÇÃO

O Porto do Itaqui realizou pela primeira vez, em abril deste ano, a operação de embarque da primeira carga de bois vivos, exclusivamente de rebanhos maranhenses, quando 1.250 cabeças embarcaram para o Líbano.

CAMPANHA

Lançada na última semana, a II Etapa da Campanha de vacinação contra Febre Aftosa busca afirmar o estado entre as primeiras colocações da classificação de vacinação. Realizada de 01 a 30 de novembro, abre uma nova chance para produtores maranhenses vacinarem seus rebanhos de bovinos e bubalinos.

Além de vacinar, a Aged lembra dos produtores que é necessário comprovar a vacinação em um dos escritórios do órgão onde as propriedades estiverem cadastradas. Na comprovação, o produtor deve apresentar a nota fiscal da vacina, obtida junto ao fornecedor do produto, e a relação dos animais imunizados.

O criador que não vacinar seu rebanho está sujeito à multa. Quem vacinou o rebanho, mas não compareceu dentro do prazo a um escritório da Aged para comprovar a vacinação, também está sujeito a penalidades.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Vida (X) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 08 / 11 / 2016	Página 05	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Prefeitos da Grande SL discutem com o governo parcerias e organização da Região Metropolitana

O governador Flávio Dino reuniu, ontem, no Palácio dos Leões, com os quatro prefeitos que comandarão os municípios da Ilha de São Luís a partir de 2017. Edivaldo Holanda Júnior (São Luís), Luís Fernando (São José de Ribamar), Domingos Dutra (Paço do Lumiar) e Talita Laci (Raposa) discutiram com a equipe do Governo do Estado a implementação da Região Metropolitana da Grande São Luís e a integração imediata de políticas públicas em áreas definidas como prioritárias pelos gestores.

Durante a reunião, Flávio Dino ouviu as demandas das quatro cidades, e, a partir do consenso entre os gestores, foram definidos cinco temas prioritários: produção, segurança, mobilidade urbana, turismo, resíduos sólidos.

"Escolhemos alguns temas prioritários que imediatamente vão determinar uma agenda de trabalho entre o Governo do Estado e os municípios para que possamos otimizar os recursos e prestar um serviço de mais qualidade", realçou o governador.

Defensor da implantação da Gestão da Região Metropolitana da Grande São Luís desde que foi eleito prefeito da cidade ribamarense, pela primeira vez, em 2004, Luis Fernando se mostrou satisfeito por ter visto, de forma inédita, uma união de todos em torno da proposta

De acordo com a prefeita eleita de Raposa, Talita Laci, esse encontro é um momento histórico e esperado pela população de toda a Região Metropolitana. "Nós temos hoje quatro prefeitos que estão discutindo os principais temas em conjunto e acredito muito que esse diálogo vai beneficiar muito a toda a população", enfatizou a futura gestora.

REGIÃO METROPOLITANA

Durante a reunião, a equipe da Secretaria de Estado das Cidades (Secid) apresentou a Lei Complementar Estadual nº 174 de 25 de maio de 2015, que institui a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís em conformidade com o Estatuto das Metrópoles.

Composto de 13 municípios (São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Axixá, Santa Rita, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Morros e Icatu), o projeto engloba uma população de 1,6 milhão de habitantes e que detém quase 40% do PIB do Maranhão.

O prefeito Edivaldo Júnior explicou que a criação da Região Metropolitana prevê a implantação da Agência Metropolitana, do Fundo Metropolitano e da instalação dos conselhos com o objetivo de identificar os projetos estratégicos e as funções públicas de interesse comum existentes que afetam a municipalidade.

Para Domingos Dutra, a reunião é histórica porque o assunto é debatido há muitos anos, já foi regulamentado por várias leis, mas é a primeira vez que um governador de Estado resolve colocar isso na pauta como prioritário.

Gilson Teixeira

Prefeitos da Grande São Luís com o governador Flávio Dino e o vice Carlos Brandão, no Palácio dos Leões

Luís Fernando defende parcerias para reconstruir S. J. de Ribamar

Luis Fernando Silva, que participou do encontro com Flávio Dino, é defensor da implantação da Gestão da Região Metropolitana da Grande São Luís desde que foi eleito prefeito de São José de Ribamar pela primeira vez, em 2004. O prefeito eleito se mostrou satisfeito por ter visto, de forma inédita, uma união de todos em torno da proposta. "Felizmente, agora, a bandeira está sendo empunhada por todos os companheiros prefeitos e pelo governador", comemorou.

Com um firme propósito de reconstruir o município de Ribamar, que tem registrado nos últimos anos queda na qualidade dos serviços públicos de saúde, educação e infraestrutura, Luis Fernando reconheceu a importância do gesto do governador ao receber os prefeitos e acenar para parcerias futuras, independente da implantação da gestão metropolitana.

"Muitas parcerias podem ser feitas a partir de janeiro para garantir mais celeridade na implementação das políticas públicas e para potencializar o esforço dos gestores em benefício dos cidadãos", ressaltou.

Para o prefeito eleito, na área da infraestrutura, por exemplo, o Governo do Estado pode contribuir muito com os municípios, direcionando o programa "Mais Asfalto" para a melhoria dos trajetos dos ônibus nas quatro cidades. "Essas vias precisam ser trafegáveis. O usuário do transporte precisa ter segurança e conforto", afirmou.

Segundo Luis Fernando, não só na área da infraestrutura, mas nas demais áreas há possibilidades imprescindíveis de parcerias.

"Por isso que saio daqui muito satisfeito com o encontro, pois, dentro de pouco tempo já estaremos nos reunindo com os secretários do governo para que essas ações possam acontecer o mais rápido possível, em benefício do cidadão, além de termos reais chances da implantação da gestão metropolitana", concluiu o tucano.